



Moçambique pode agora recusar pagar a dívida oculta, dizem os analistas, e ganharia com isso

Detenções e novas evidências de suborno mudaram totalmente a situação em torno da dívida oculta de US \$ 2 bilhões. Os analistas dizem cada vez mais que Moçambique deveria simplesmente dizer que a dívida é ilegal e não será paga - e que houve benefícios significativos, em particular a melhoria das relações com o FMI.

A acusação dos EUA ao ex-ministro das finanças, Manuel Chang, mudou drasticamente essa posição. Para isso concorrem três aspectos importantes:

1. A evidência de que o empréstimo foi promovido através de subornos torna improvável que um tribunal obrigue Moçambique a pagá-los;.
2. O governo arrastava os pés enquanto tentava proteger a reputação de figuras importantes, mas a detenção de Chang em Joanesburgo e oito pessoas próximas do ex-presidente Armando Guebuza em Maputo significa que restam poucas reputações para proteger;
3. O FMI deixou claro que aceitaria uma recusa em pagar. Isso reduziria o nível oficial e insustentável da dívida, o que permitiria a negociação de um novo programa do FMI, que libertaria mais ajuda e possíveis outros empréstimos, reduzindo o aperto financeiro em Moçambique.

Abaixo, recapitulamos primeiro a história da dívida oculta. Em seguida, debruçamo-nos sobre o FMI e como Moçambique beneficiar-se-ia de uma recusa pública para pagar. Em terceiro, olhamos para o que os analistas estão a dizer. Finalmente, notamos que qualquer acção legal para fazer cumprir o pagamento da dívida ocorrerá no Tribunal Supremo de Londres e nós explicamos por que a posição mudou completamente desde que o Governo de Moçambique recebeu a assessoria legal dos advogados de Londres há vários anos.

\$2 bilhões em Empréstimos Ocultos

Os US \$ 2 bilhões foram concedidos a três novas empresas controladas pelo serviço de segurança - Ematum, MAM e Proindicus - mas o dinheiro foi directamente para uma empresa de Abu Dhabi, a Privinvest. Altamente estranho, nem um centavo foi para Moçambique. As garantias do governo foram assinadas pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang, e pela Directora Nacional do Orçamento, Isaltina Lucas, que mais tarde foi promovida a vice-ministra e foi recentemente demitida.

Em 2016 e, novamente, em 2017, o Tribunal Administrativo (TA, tribunal de auditoria) determinou que as garantias e as dívidas eram ilegais, violando tanto a constituição quanto a lei orçamentária, que exigem que garantias desse tamanho sejam aprovadas pelo parlamento. Dois empréstimos consorciados e alguns pagamentos limitados nunca apareceram como parte das contas do governo. Uma comissão parlamentar especial, em 30 de Novembro de 2016, tomou uma decisão semelhante dizendo que as dívidas foram ilegais e inconstitucionais, observando também que os empréstimos eram, em grande parte, para fins militares, que a quantidade limitada de equipamento militar e os equipamentos de pesca fornecidos pela Privinvest eram inadequados, as três empresas nunca seriam viáveis e não poderiam pagar os empréstimos.

A estrutura dos empréstimos é diferente, o que causa confusão. Os empréstimos Proindicus de US \$ 622 milhões e US \$ 535 milhões são os chamados empréstimos consorciados - os dois bancos, VTB e Credit Suisse, organizaram grupos de credores ("empréstimos consorciados"). Os empréstimos foram organizados em segredo e Moçambique não sabe quem são os credores, só lida com os dois bancos organizadores.

O empréstimo de US \$ 850 milhões da Ematum foi diferente. Tinha a forma de títulos, também organizada pelo Credit Suisse e pelo VTB, mas era pública e os obrigacionistas são conhecidos. O TA, no seu relatório de 2017, observa que a Ematum não poderia pagar esses títulos, então o Estado nacionalizou a dívida em 2016 e emitiu novos títulos do governo. O Parlamento aprovou os novos títulos antes de conhecer os 1157 milhões de dólares dos empréstimos MAM e Proindicus, que só se tornaram públicos mais tarde naquele ano.

O TA não inclui os empréstimos do MAM e Proindicus em qualquer tabela, tem tido o cuidado de garantir que Moçambique possa argumentar que a dívida foi "ilegítima" ou "odiosa" - que não deve ser reembolsada e é da responsabilidade dos dois bancos, Credit Suisse e VTB, pela má conduta cometida quando eles organizaram os empréstimos. Dois requisitos importantes são que o governo nunca aceite a legalidade das dívidas e que elas não entrem nas contas do Estado (veja abaixo).

No entanto, a dívida de US \$ 850 milhões da Ematum com o Credit Suisse está mencionada como uma dívida bilateral. Isso levou os detentores de títulos da Ematum a argumentar que os empréstimos do MAM e Proindicus são ilegítimos, não devem ser pagos e que os títulos originais da Ematum também eram ilegítimos, mas que os novos títulos do governo são legítimos porque

foram aprovados pelo parlamento e devem ser pagos. Outros, entretanto, argumentaram que a ilegitimidade e a corrupção subornam os novos títulos e que a aprovação parlamentar não é válida porque o parlamento só conhece os US \$ 850 milhões e não os US \$ 1157 milhões de empréstimos sindicalizados.

Pontos-chave do relatório de Novembro de 2016 do Parlamento de Moçambique e do relatório do TA - <http://bit.ly/MozAR-debt-En> O relatório parlamentar completo sobre a dívida oculta (em português) é um bit.ly/MozAR-debt O relatório de TA de 2017 está no capítulo XI de <http://www.ta.gov.mz/Pages/RelatoriosPareceresCGE.aspx>

Recusar-se a pagar facilitaria o acesso a empréstimos do FMI e à ajuda de doadores

Em Abril e Maio de 2016, quando a dívida oculta tornou-se pública, o FMI suspendeu o seu empréstimo a Moçambique e os doadores pararam com o apoio ao orçamento, desencadeando-se uma crise económica e aumentando a pobreza. Os doadores e o FMI culpam uma gananciosa elite moçambicana. Mas com o tempo, e especialmente nos últimos dois meses, ficou claro que o Credit Suisse e o VTB são igualmente - ou mais - culpados. Com ofertas de subornos, eles empurraram os moçambicanos para os empréstimos ocultos.

O FMI ressalta que não pode intervir nas negociações sobre o que é crédito comercial. No entanto, um relatório de 22 de Fevereiro da Jubilee Debt Campaign mostra que, em particular, o FMI tornou-se mais aberto ao dizer que aceitaria uma recusa em pagar. Os analistas do FMI apontam para um documento acordado pelo Conselho do FMI em 1984 que afirma "em situações em que um devedor contesta a validade de uma obrigação financeira externa... o Fundo considerou que a representação de um membro de que o devedor contesta a validade de uma obrigação deve ser considerado legítimo e aceite nessa base." Por conseguinte, se o governo moçambicano declarar que contesta que deva 2 mil milhões de dólares, a dívida oculta seria removida dos cálculos e a dívida aproxima-se da sustentabilidade e não haveria barreira para um novo empréstimo do FMI e, portanto, dos doadores. <https://jubileedebt.org.uk/blog/can-mozambique-declare-the-2-billion-secret-debts-illegal>

É claro que o FMI quereria outras coisas relacionadas à governação e ao controlo fiscal. Mas o Jubileu observa que declarar as dívidas ilegais não seria uma barreira aos empréstimos do FMI nem à ajuda dos doadores e deveria realmente ajudar.

Fontes do FMI enfatizam que não podem ser vistos como estando a encorajar um estado membro a disputar uma dívida comercial e observam que Moçambique nunca apresentou as dívidas como ilegítimas. Mas há indícios de que o FMI tenha pelo menos lembrado aos oficiais moçambicanos que eles podem rotular as dívidas como contestadas e, assim, tirá-las das estimativas da dívida total.

Uma questão que preocupa seguramente os moçambicanos é que os bancos moçambicanos detêm alguns dos empréstimos sindicados. Seriam eles inúteis se Moçambique dissesse que não pagaria? Na prática, os credores provavelmente juntar-se-iam para processar o Credit Suisse e a VTB e poderiam ganhar uma alta proporção do empréstimo, alegando que os empréstimos eram sindicalizados em premissas falsas. Os reguladores bancários de Moçambique podem permitir que os empréstimos sindicados sejam mantidos nos livros. E o FMI tende a aceitar a opinião dos reguladores locais. Recusar-se a pagar não criaria uma crise bancária doméstica em Moçambique.

Especialistas dizem que a acusação mostra dívida ilegítima

Mesmo que o Credit Suisse (CS) não seja formalmente acusado nos Estados Unidos pela dívida oculta de US \$ 2 bilhões, tanto a agência financeira Bloomberg quanto o Financial Times (FT) dizem que a informação na acusação torna o CS vulnerável a multas e reclamações.

Bloomberg (7 de Janeiro) cita dois especialistas: Mitu Gulati, professor de Direito da Duke University nos EUA e especialista em dívida, diz que "o devedor [Moçambique] provavelmente tem um bom argumento para fazer com que estes sejam empréstimos infectados com corrupção (pelos agentes que contraíram os empréstimos) e, portanto, anulável." Matthias Goldmann, do Instituto Max Planck, na Alemanha, diz que "sob a lei internacional, a meu ver, o governo não precisa de devolver nada. Os tribunais de investimentos não garantiriam protecção se a corrupção estivesse envolvida na realização do negócio. Portanto, as acusações de corrupção são uma razão independente para rejeitar o reembolso." <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-01-07/mozambique-loan-bribe-claims-may-void-debts-law-professor-says>

Parece provável que o CS seja considerado responsável. Brooke Masters, escrevendo no Financial Times (8 de Janeiro) observa que a acusação mostra que "os réus foram supostamente capazes de ignorar, mentir ou burlar o departamento de conformidade do banco". Esta continua, "se os promotores concluírem que o banco tinha controlos de má qualidade ou colocava os interesses das empresas à frente da conformidade", isso causaria problemas para a CS. <https://www.ft.com/content/b497aff4-1280-11e9-a581-4ff78404524e>

Tanto a Bloomberg quanto o FT observam que a acusação diz que as três pessoas do CS estavam "agindo dentro do âmbito de seu emprego ... com a intenção, ao menos em parte, de beneficiar" o CS. Eles eram pessoal sénior do CS trabalhando para o banco e para o benefício do banco - e organizando um empréstimo que não podia ser reembolsado, baseado em subornos.

Finalmente, um artigo académico recente dos professoras de direito Margot Salomon (Escola de Economia de Londres) e Robert Howse (Universidade de Nova York) argumenta que a dívida pode ser considerada odiosa "onde a democracia é frustrada numa crise soberana porque um governo democrático é ameaçado com um colapso económico e social se não seguir as prescrições de

actores externos, como os credores, para sair da crise apesar da vontade das pessoas ser de outra forma, o governo é, de facto, comandado pelos actores externos e impõe políticas que realmente causam danos substanciais aos direitos sociais e económicos do povo.” <http://www.lse.ac.uk/collections/law/wps/wps.htm> Isso parece aplicar-se à dívida oculta em Moçambique.

Será que vai ao tribunal? E como seria o veredito do Tribunal de Londres?

A maioria dos acordos internacionais especifica que tribunal deve decidir sobre uma disputa, geralmente em Nova York ou Londres, onde existem tribunais e árbitros especiais. A dívida oculta de 2 bilhões de dólares especifica o Tribunal Supremo de Londres.

Assim, se Moçambique declarar que não pagará, os titulares de empréstimos sindicados, ou Credit Suisse e VTB, como seus agentes, teriam que processar Moçambique no Tribunal Supremo de Londres. No momento em que a dívida oculta foi revelada, nunca houve um caso de dívida soberana no Tribunal Supremo de Londres e Moçambique teria provavelmente sido avisado de que o tribunal apenas consideraria a lei inglesa e não a Constituição e Lei Moçambicanas. Tudo isso mudou com uma decisão do Tribunal Supremo em 29 de Março de 2017, por Sir William Blair, irmão do ex-primeiro-ministro Tony Blair, sobre a dívida da Ucrânia, que estabeleceu efectivamente as directrizes sobre quando uma dívida poderia ser vista como ilegítima. Parece que a dívida de Moçambique encaixa-se nestes critérios.

O caso envolveu a recusa da Ucrânia em pagar um Eurobond de US \$ 3 bilhões organizado pelo banco russo VTB, no qual a Rússia comprou todos os títulos. Os títulos, como em Moçambique, são cobertos pela Lei Inglesa. Numa situação idêntica a de Moçambique, a Ucrânia argumentou que o Ministro das Finanças concordou com o empréstimo sem que este fosse aprovado pelo parlamento, conforme exigido pela constituição. O Sr. Justice Blair observou que não há precedentes, que este parece ser o primeiro caso do género e que o Direito Interno e o Direito Inglês devem ser tomados em consideração.

O Juiz Blair decidiu contra a Ucrânia em cinco bases: o empréstimo foi para o governo e foi aprovado pelo gabinete, houve muitos empréstimos semelhantes, o Governo da Ucrânia recebeu o dinheiro e este foi incluído em contas em moeda estrangeira do Tesouro, conforme publicado no seu site, os pagamentos de juros foram feitos e nunca foi declarado que o empréstimo era impróprio.

O oposto dessas condições aplica-se a Moçambique, pelo menos para os empréstimos consorciados de US \$ 1,2 bilhão. Os empréstimos foram concedidos a empresas privadas e não ao Estado, não foram aprovados pelo Conselho de Ministros, não houve empréstimos anteriores semelhantes, nenhum dos fundos entrou em Moçambique, nunca foi incluído em contas estatais e todas as declarações de autoridades públicas (Parlamento, Tribunal Administrativo) disseram que

os empréstimos eram ilegais e inconstitucionais. O sigilo sobre o empréstimo significava que os credores não tinham declarações públicas para acreditar na legalidade e deveriam ter feito a sua própria investigação. Os empréstimos consorciados, pelo menos, satisfazem a todos os critérios do Sr. Juiz Blair para a ilegitimidade.

O texto completo da decisão está em <https://www.judiciary.gov.uk/judgments/law-debenture-v-ukraine/>

A ilegitimidade é agravada porque a acusação de Nova Iorque detalha a maneira pela qual os subornos eram oferecidos aos moçambicanos como um incentivo explícito para os empréstimos. Um tribunal de Londres seria muito relutante em fazer cumprir um contrato assinado por causa do suborno.

É interessante que nem o Credit Suisse nem a VTB, nem os detentores de empréstimos e obrigações tenham tomado qualquer acção legal contra Moçambique, apesar de nenhum pagamento estar a ser feito. Isso provavelmente reflecte duas coisas. Primeiro, é o julgamento pelos bancos e credores que eles têm uma grande possibilidade de perder no tribunal. Segundo, as audiências do Tribunal Supremo de Londres estão abertas e todos os documentos são públicos. Espera-se que os bancos façam as chamadas investigações de "due diligence" para mostrar que os empréstimos são razoáveis, legais e podem ser reembolsados. O Credit Suisse e a VTB seriam forçados a revelar quão pouco foi feito o due diligence e que foram eles, não os moçambicanos, que enganaram os credores. Em parte, isso já é mostrado na muito detalhada denúncia de Nova Iorque, disponível em bit.ly/Changlndict e resumida em <http://bit.ly/Moz429>.

Parece provável, então, que qualquer acção legal seja dirigida aos bancos e não a Moçambique.

Dr. Joseph Hanlon

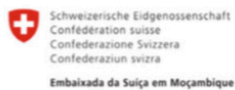
Departamento de Desenvolvimento Internacional, London School of Economics

24 de Fevereiro de 2019



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Joseph Hanlon

Equipa técnica: Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Fátima Mimbire, Inocência Mapisse, Stélio Bila.

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maquetização: Liliana Mangove

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, nº 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
f @CIP.Mozambique t @CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique